



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PEDROSO E SEIXEZELO  
VILA NOVA DE GAIA**

**ATA Nº 3  
(31 de Jan. 2014)**

Aos trinta e um dias de Janeiro de dois mil e catorze, no salão nobre do edifício sede da Junta de Freguesia de Pedroso e Seixezelo, reuniu a Assembleia de Freguesia de Pedroso e Seixezelo, presidida pelo Dr. Joaquim António Dias Tavares. -----

Foram presentes as justificações de ausência dos seguintes membros da Coligação "Gaia na Frente": Sérgio Francisco Baptista (anexo 1); Maria da Liberdade Tavares (anexo 2); Zélia Maria Silva (anexo 3); Rui Gil Soares (anexo 4); Maria Alice Alves (anexo 5); Joaquim Margarido Sousa (anexo 6). -----

Antes de dar início à ordem de trabalhos, foi dada posse a José Paladino Pereira Rodrigues e Manuel de Oliveira Claro, deputados da Coligação Gaia na Frente. -----

Estiveram presentes os seguintes deputados: Pelo Partido Socialista: Cristina Saraiva; Joaquim Tavares; Joaquim Pinheiro; Rosália Andrade; Marcos Santos; Jorge Margarido e Vânia Castro. Pela Coligação "Gaia na Frente": António Tavares; Alexandre Lopes; Vítor Pereira; José Paladino e Manuel Claro. Pela Coligação Democrática Unitária: Álvaro Agostinho. -----

### **Ordem de Trabalhos**-----

#### **Ponto 1. - Período Antes da Ordem do Dia**-----

##### **Ponto 1.1. - Período de Intervenção do Público**-----

Neste ponto foram feitas duas intervenções:

O Sr. Manuel dos Santos, sugeriu que no dia 9 Abril, dia do combatente, se fizesse uma cerimónia para enaltecer e homenagear os ex-combatentes; o Sr. Presidente da Junta afirmou que, ainda este ano, pretenderá dar resposta ao pedido efetuado. O Sr. Manuel Ribeiro, após uma reclamação já feita ao Ministério do Ambiente, pediu ajuda à Junta para cortar o silvado ao pé de casa, uma vez que tem um filho em cadeira de rodas; o Sr. Presidente da Junta pediu o contato e morada para posteriormente dar resposta ao solicitado.-----

#### **Ponto 2 – Período da Ordem do Dia**-----

##### **2.1. Apreciação do relatório de verificação de procedimentos realizado pela empresa KPMG & Associados, SROC, S.A. às antigas: Junta de Freguesia de Pedroso e Junta de Freguesia de Seixezelo.**-----

Uma vez que a presente Assembleia foi motivada pelo requerimento da Junta de Freguesia à mesa da Assembleia foi dada, pelo Sr. Presidente da Assembleia, a palavra ao Sr. Presidente da Junta para explanar o motivo da mesma. O Sr. Presidente da Assembleia referiu, que tinha sido informado, que o PS decidiu, caso fosse necessário, ceder parte do seu tempo ao Sr. Presidente da Junta.-----

De forma a tornar mais clara a discussão do assunto em questão, o Sr. Presidente da Junta recorreu a uma apresentação em power point. Este continha um breve resumo das 71 páginas que compõem o relatório elaborado pela empresa KPMG & Associados, SROC, S.A., e onde se podia fazer a leitura de algumas tabelas e quadros com base no referido relatório. -----

O Sr. Presidente da Junta sublinhou que esta apresentação não era uma opinião pessoal, nem do executivo, pois baseava-se exclusiva e unicamente no relatório cedido pela empresa de auditoria. Assim sendo, a estrutura da apresentação assentou em cinco pontos: o porquê da auditoria; exposição das principais conclusões do relatório; deficiências no sistema de controlo interno detetadas pela auditoria e recomendações; momento de discussão e esclarecimento e tomada de posição da assembleia de freguesia referente ao referido relatório. Seguiu-se a explanação do Sr. Presidente, descrita nos pontos seguintes.-----

- Primeiro ponto - o porquê da auditoria. Referiu que esta decorreu devido à mudança de ciclo e à reorganização administrativa, fazendo sentido uma avaliação externa da situação real da junta. Explicou que por uma questão de boas práticas, que começa e a ser instituída nas autarquias porque estas gerem o dinheiro comum, é importante uma visão externa da situação real das mesmas e por uma questão de segurança para o executivo que inicia as funções e,

também, por indicação e sugestão do executivo municipal. Assim sendo, permitiu levantar as questões que, de acordo com a empresa de auditoria, estavam menos bem, dando pistas para a resolução e permitindo ao executivo uma aprendizagem no que diz respeito à legislação e procedimentos a adotar.-----

- Segundo ponto - exposição das principais conclusões do relatório, relativamente às ex - Juntas de Freguesia de Pedroso e Seixezelo. Que e segundo o relatório, foram detetadas as seguintes situações, entre outras: até à data de 29 de Setembro de 2014, Pedroso apresentava um saldo de caixa disponível negativo, no valor de 5 265€; as receitas de capital eram utilizadas para fazer face a receita correntes, significando que verbas para investimento eram utilizadas de forma corrente; inexistência de mapas de itinerários de quilómetros percorridos do antigo executivo; utilização do dinheiro dos utentes do programa "Vamos à Piscina" para fazer face a receitas correntes, não se pagando à Gaianima; que foi comprovada a existência de um procedimento judicial contra a Junta de Freguesia por parte da Civopal, reclamando verbas em dívida num montante muito relevante e que não foi incluído no relatório de gestão que o ex-executivo passou ao atual executivo (tal como os juros de mora relativamente à dívida à Civopal e à Prozinco); que foi comprovado a inexistência de protocolos que até aqui se afirmava existirem e que sustentariam muita da dívida identificada, tendo sido o único protocolo efetuado no valor de cerca de 157 000€ decretado nulo, recentemente, pela Câmara Municipal de Gaia (CMG); recebimento de verbas referentes a protocolos já formalizados, não tendo sido o valor regularizado junto à Civopal; que se verificou discrepância acentuada no que diz a Junta e no que dizem os credores, no que respeita à dívida desta para com estes, e sempre em prejuízo da Junta (tais com RED, restaurante "5 amigos" e ADSE), sendo exemplo disso, a existência de faturas de fornecedores não registadas nos serviços da Junta; que foi comprovada uma verba claramente exagerada gasta em deslocações oficiais (uma média superior a 5.400 kms mensais), comunicações e refeições, ascendendo a um valor de 30 949€, em 9 meses, sendo que deste valor, 17 573€ se destinaram apenas a deslocações oficiais o que significa um gasto mensal de cerca de 2 000€; verificou-se desrespeito pelo princípio do equilíbrio do saldo corrente, uma vez que este nunca pode ser negativo; inexistência de mapas de férias; que o ex-executivo, à exceção das disponibilidades, deixou como direitos apenas receitas meramente previsionais, pois não existe acordo, promessa, ou avaliação efetuada, no que diz respeito à concessão de jazigos, à construção de capelas e ao terreno da Idanha. Em suma, foi comprovada uma dívida total de mais de um milhão de euros, aos quais faltam somar os possíveis juros de mora, relativos aos processos que decorrem em tribunal, contrariando os valores indicados (cerca de 800 000€) no relatório de gestão do ex-executivo.-----

No que diz respeito à ex-junta de freguesia de Seixezelo, foi comprovado que o saldo corrente é positivo, respeitando o princípio de equilíbrio corrente; no ano de 2013, o número de quilómetros percorrido (cerca de 180 quilómetros por mês, em média) não dispõe de mapas de itinerário; a dívida a fornecedores é cerca de 10 mil e 5 euros. -----

- Terceiro ponto - deficiências no sistema de controlo interno detetadas pela auditoria e recomendações. O Sr. Presidente da Junta alertou que, para além de questões de legalidade e incumprimentos, acha que o atual executivo deverá tirar uma aprendizagem para evitar estas mesmas situações no futuro. Assim sendo, referiu que, relativamente aos documentos previsionais e sua execução, verificou-se a inexistência de documentos tais como a execução anual do plano, nas duas ex-freguesias, nomeadamente, no que diz respeito aos ajustes diretos. Explicou que, segundo a legislação, sempre que este é realizado deverá ser publicado na plataforma devida, nunca tendo sido publicado por parte da ex-Junta de Freguesia de Pedroso. Relativamente à ex-Junta de Seixezelo, verificou-se a inexistência do plano plurianual de investimentos e outros documentos que o compõe. Relativamente a Pedroso e Seixezelo

assinalou a existência de despesas assumidas, autorizadas e pagas que não possuem cabimento e compromisso, bem como a inexistência do registo do cabimento e de compromisso de verbas relativas aos pagamentos dos respetivos documentos, desrespeitando assim a "Lei dos compromissos", de 2012. Assinala que a ex-Junta de Pedroso não cumpriu a possibilidade dos princípios orçamentais.-----

Nas duas anteriores freguesias, relativamente ao sistema contabilístico, verificou-se a inexistência do inventário permanente atualizado da totalidade dos bens, direitos e obrigações, constitutivos do património; inexistência de documentos obrigatórios de suporte ao registo das operações coletivas às receitas e despesas, bem como aos pagamentos e recebimentos; inexistência de norma de controlo interno; verificou-se compras efetuadas sem requisições externa e não cumprimento da legislação no que diz respeito a concursos, por exemplo, tendo sido o processo da construção da cobertura do estádio, o único a cumprir os requisitos; inexistência de reconciliações periódicas entre os extratos da conta corrente dos clientes, dos fornecedores, dos devedores e dos credores, com as respetivas contas da junta; não cumprimento da legislação, conforme artigo 5 da lei n.8 de 2012 de 21 fevereiro, (lida pelo Sr. Presidente) onde refere que os dirigentes, gestores e responsáveis pela contabilidade, não podem assumir compromissos que ascendam os valores disponíveis.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Junta esclareceu, que de livre vontade está disposto a encerrar a discussão e que a sua posição será definida pelos senhores deputados, mas sempre que necessário e suportado em documentos estará disposto a esclarecer o presente assunto.-----

Após a abertura do debate, por parte do Sr. Presidente da Assembleia, interveio o deputado Alexandre Lopes, expondo que um documento desta natureza exige seriedade e uma avaliação mais apurada de forma a contribuir positivamente para o esclarecimento das questões apresentadas. Concluiu ainda, que o executivo ao não permitir essa reflexão, indicia não partilhar essa necessidade de esclarecimento; e que o anterior executivo, esteve sempre disponível mas não foi solicitado para esclarecer os assuntos julgados necessários. Considerou-se indignado e classificou como "inqualificáveis" as afirmações sobre a inexistência de documentos, nomeadamente o "inventário permanente" e norma de controlo interno; referindo que não trabalhavam com o fundo de maneoio e que nunca falharam com o tribunal de contas. Perante tais afirmações, acrescentou, estão a ponderar processar a empresa que proferiu tais afirmações.-----

Referiu ainda que a execução orçamental negativa foi sempre fundamentada e corrigida sem pôr em causa a honra dos compromissos perante terceiros. Tais situações, quando ocorridas esporadicamente, foram justificadas e aceites pelo Tribunal de Contas. -----

A participação dos utentes do projeto "Vamos à Piscina", na opinião do deputado, deverá ser uma receita "normal", não tendo que ser caucionado pelo facto do fornecedor ser a Gaianima, uma vez que o atraso dos pagamentos a esta, era estratégico e nunca puseram em causa o referido projeto. Acrescenta ainda que registaram a confirmação do protocolo no valor de 157 29€, que foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara e assinado pela Presidente em exercício Srª Maria Amélia Traça e o anterior Presidente da Junta de Pedroso.-----

Relativamente às concessões de cemitérios, referiu que no relatório do inventário, no que diz respeito a direitos, informaram que estavam livres para venda 45 concessões, no montante global de 270 mil euros, havendo ainda 30 lotes de terrenos com projetos de construção de capelas no valor de 450 mil euros, estes terrenos tinham projeto aprovado; no que diz respeito a "assuntos diversos", fora do âmbito de direitos e obrigações, estavam a ser construídas mais 44 sepulturas duplas e 56 individuais e com orçamento de construção no valor de 120 mil e 853 euros mais iva, o que a valores atuais de venda representariam 404 000€. Referiu-se ainda nesse documento, que o pagamento acordado teria início em dezembro de 2014 e terminaria em

dezembro de 2015. Assim sendo, segundo o deputado, este investimento nunca foi referido nem contabilizado como ativo, considerando grave e abusivo o que o relatório diz sobre o terreno da construção das capelas. Acrescentou ainda que não fizeram qualquer acordo com a Paróquia relativamente ao terreno das capelas; em nenhum dos documentos contemplaram a diferença entre as sepulturas vendidas e recebidas, portanto, os 1 375€, não contabilizado, é um ativo real a acrescentar, sendo esta diferença resultante da política relativo às concessões de sepulturas, uma vez que permitiram que os fregueses pagassem faseadamente, sendo o valor referido evidência disso mesmo. -----

Relativamente à Civopal e ao valor das 3 faturas de exercícios anteriores, esclareceu que no descritivo do relatório das obrigações - ponto 1.1.7 - dão contas detalhadas daquele montante. Afirmou que não é correto dizer que não assumiram o valor em causa, quando o declararam, na altura não foram contabilizados porque não tinham recebido os duplicados autenticados como a lei exige. Continuou, afirmando que existem compromissos relativamente ao aditamentos aos protocolos com avista à regularização da dívida à Civopal, o próprio dirigente desta empresa teve reuniões com os anteriores deputados autárquicos, confirmando esse compromisso que também é do conhecimento de atuais vereadores, disponibilizando-se, juntamente com o ex-executivo e o atual, para ir à CMG confirmar esse facto. Acrescentou ainda que tem consciência que são compromissos que não foram passados a escrito, embora todo o processo de aditamentos aos protocolos estejam na Câmara, devidamente registados, e são exatamente o que indicaram como compromissos. Segundo o deputado, o ambiente transparente entre a Câmara e a Civopal é mostrado pela manutenção de fornecimentos de massa asfáltica para obras da freguesia. Afirmou que este cliente tem conhecimento que o pagamento seria feito através do envio das verbas, pela CMG, pelo que, no seu entender, não haverá direito a juros de mora.-----

Relativamente às divergências verificadas nas contas da RED, disse que se devem a encargos, cujos documentos foram enviados para a Gaianima, responsável pelo débito face ao atraso nas transferências para liquidação das despesas, referentes ao estádio Jorge Sampaio. A informação relativamente à RED estava prevista ser fornecida na reunião que eventualmente poderiam ter tido com o atual executivo. No que diz respeito à ADSE, desconhece as divergências.-----

Relativamente à verba de 12 122€ para refeições, lamentou a falta de objetividade evidenciada, pois na grande parte dos documentos relativos a estas despesas está indicada as razões das mesmas; por outro lado, no relatório que entregaram ao atual executivo, no ponto 2.1.4. do capítulo "comentários sobre dívidas a fornecedores" é explícita a informação sobre a razão de ser deste valor, resultando sobretudo de jantares de homenagem ou gratidão a várias instituições de freguesia ou atividades sócio desportivas.-----

O deputado referiu que não está a ser corretamente interpretado o saldo de caixa por eles indicado, uma vez que nos comentários ao relatório referiram no ponto 1.1.5. que existem valores caucionados no montante de 98 000€, referentes a cerca de 85 000€ de senhas que retiveram, mas o dinheiro existia a favor da Câmara Municipal, e 12 000€ de cauções sobre obras realizadas pela Prozinco.-----

Relativamente ao mapa de protocolos, e relativamente à verba de 11 855€ (que o relatório em análise afirmou não fazer parte do inventário), o deputado afirmou que no relatório entregue ao executivo, existe um anexo, com um quadro, onde espelha a situação à data de 29 de Setembro, onde está mencionado aquele montante; e outro à data de 16 de Outubro onde já não aparece, porque entretanto foi recebido.-----

Afirmou ainda que não tiveram tempo para avaliar a argumentação relativa à variação dos valores entre os montantes a protocolar e a dívida à Civopal, contudo, o pressuposto que todas as faturas estão incluídas nos aditamentos aos protocolos não é verdadeira; todos os processos

foram devidamente instruídos, independentemente da sua natureza ou origem, estando todos os movimentos devidamente arquivados e, documentados, na Junta de Freguesia de Pedroso.----

O Sr. Presidente da Junta tomou a palavra para esclarecer as questões que lhe pareceram mais relevantes e nomeadamente referiu que o atual executivo cumpriu os prazos legais da entrega dos documentos; com a apresentação efetuada e o presente relatório, não pretendeu pedir ou indiciar qualquer esclarecimento, mas sim, um relato do trabalho efetuado por uma empresa idónea e externa. Esclareceu que esta auditoria e o respetivo relatório, é um processo de amostragem, feita com base no que é visto ou não visto e que retrata bem a expectativa que tinha.-----

Clarificou que o relatório refere-se à "inexistência do inventário permanentemente atualizado da totalidade dos bens" e não à "inexistência do relatório"; e que os documentos em sua posse contrariam a afirmação do deputado Alexandre Lopes quando referiu que não trabalhava com fundos de maneo.-----

Relativamente à questão do Tribunal de Contas, esclareceu que sabe, enquanto ex-deputado, que o anterior executivo enviava o relatório de contas, tendo apenas dito que não enviava "todos" os documentos que precisavam de enviar. Afirmou ainda que os relatórios de gestão do anterior executivo, refere um valor de dívida de 858 mil€, enquanto o presente relatório da auditoria, apresenta um valor de aproximadamente um milhão de euros, contrariando assim a afirmação "os documentos entregues correspondem à realidade dos dados aqui apresentados", proferida pelo deputado Alexandre Lopes. Nomeadamente, o valor da dívida à Civopal, referida naquele relatório, não confere com o do presente relatório da auditoria, 477 839€ e cerca de 610 000€ , respetivamente.-----

Quanto ao programa "Vamos à Piscina" e consequente dívida de 24 000€ à Gaianima, disse não perceber o tipo de estratégia" do anterior executivo, nomeadamente no que se refere ao facto de terem recebido dinheiro dos utentes e não se ter efetuado os pagamentos, cerca de dois mil euros mensais, em 10 meses.-----

O Sr. Presidente disse aceitar o repto do ex-executivo para irem à CMG, esperando que os protocolos e compromissos apareçam. Quanto ao facto de a Junta poder obter informações junto do advogado Dr. Rui Santos, de que realmente há uma forte probabilidade de a Junta poder ser ilibada no processo relativamente à Prozinco, referiu que segundo informação escrita que possui, e contrariando as afirmações do deputado Alexandre Lopes, a Gainima não deve nada à Junta de Freguesia, devendo esta 10 000 à RED.-----

Quanto aos 12 122€ em refeições, e à "falta de objetividade da dívida", referida pelo deputado, o Sr. Presidente mostrou um power point onde demonstrou onde foram gastos aqueles valores, nomeadamente que os jantares de homenagens e gratidões representam 22% do valor da dívida. Quanto ao saldo de caixa, acrescentou que o presente relatório data a 29 de Setembro e não a 16 de Outubro, apresentando assim um valor negativo de 5 000€ passando a positivo, nesta última data, devido ao valor recebido dos "3Fs".-----

Relativamente à dívida à empresa Acácio Baptista, o Sr. Presidente leu a carta enviada pela empresa Acácio Baptista (anexo 7) ao anterior Presidente da Junta, onde diz que ficou decidido que esta empresa iniciaria os trabalhos urgentemente; e que o valor de 128 000€ seria pago a partir do início do ano de 2014, em regime factoring, e não a partir de Dezembro de 2014, como referiu o deputado da Coligação Gaia na Frente.-----

O deputado Álvaro Agostinho dirigiu-se à Assembleia afirmando que o relatório apresentado deixa muitas lacunas. Referiu, nomeadamente, que a Sra. que esteve de baixa poderia ter facultado os documentos; o utilizador deveria pagar a cobertura da bancada; os arranjos envolventes do Mosteiro de Pedroso, referidos no relatório, deveriam ser bem definidos, sobre o que se trata; questionou o porquê de haver poucas empresas que trabalham para a Junta.

Concluiu ainda que se não tivesse havido a mudança de executivo, não se teria realizado a presente auditoria, e que provavelmente resolver-se-ia o problema da dívida de outra forma, com o pedido de insolvência da Junta; e que esta situação deverá ir para instâncias legais para que as pessoas sejam responsabilizadas.-----

Seguidamente, o deputado António Tavares começou por referir que concorda com as primeiras intervenções do presidente da junta, ao referir que o presente relatório não é auditoria, apenas decorre de uma mudança de ciclo que servirá para o executivo atual se precaver e evitar os mesmos erros. Reforçou que a bancada da Coligação Gaia na Frente está a pensar seriamente em colocar o "problema" em tribunal, referindo que a empresa de auditoria não é nenhuma empresa ou organismo do estado, sendo estes verdadeiramente isentos e independentes.-----

Referiu ainda que o relatório suscita dúvidas porque há incongruências do mesmo, estranhando não terem consultado os autarcas do anterior executivo, que estariam disponíveis a contribuir para qualquer esclarecimento. Acrescenta ainda que o atual Presidente da Junta se contraditou na parte final da sua explanação, fazendo um julgamento sumário na praça pública, procurando com isso, fazer esquecer o mais rapidamente possível todo o trabalho de desenvolvimento e progresso, que durante 24 anos a sua equipa e com o apoio do povo de Pedroso, conseguiram.-----

Afirmou que esta proposta de auditoria foi ordenada pelo Sr. Presidente da Câmara tal como a outras freguesias do município, e chamou a atenção para o custo desta, alguns milhares de euros. Segundo o deputado, procurou-se enfatizar 2 questões: os quilómetros e as refeições.-----

Quanto aos quilómetros, afirmou que é uma situação perfeitamente dentro da lei e legal, havendo várias atenuantes. Enquanto houve freguesias que, por uma opção de gestão, compraram uma viatura própria para o Presidente da Junta, acrescentado um 1 motorista, no antigo executivo e por vontade própria não optaram por isso. Segundo informações que tinham como certas, eram feitas num boletim de itinerário onde tinham os destinos do dia-a-dia e os quilómetros efetuados. Acrescentou ainda, que as várias deslocações diárias, do ex-executivo, eram contabilizadas, até porque todos os custos com a viatura desde o combustível ou desgaste da viatura, acidentes e seguros foram suportadas pelo próprio, estando esta parte devidamente esclarecida nos boletins de itinerário com o respetivo destinos. Era um boletim do Ministério das Finanças, preenchido por quem conduzia, um documento válido e oficial.-----

Sobre as refeições, referiu que a Junta não tem nenhuma rubrica das refeições. Estão despachadas pelo próprio, de dois em dois meses, resultantes de reunião de trabalho com instituições como Gaianima, Águas de Gaia e técnicos da Câmara Municipal, estão perfeitamente enquadrável dentro da legalidade, estando nas costas das faturas os nomes dos intervenientes.--

Terminou a sua intervenção, desejando ao Sr. Presidente da Junta força, coragem e lucidez, bem como a continuação do grau de sucesso e desenvolvimento que a freguesia teve neste últimos anos. Considerou ainda que não se cometeu ilegalidades, foram opções de gestão, sendo estas julgadas pelo eleitorado, que por considerarem não ter sido as melhores, deram a vitória ao atual executivo.-----

O deputado Jorge Margarido interveio (anexo 8), sublinhando a idoneidade, independência e prestígio da KPMG & Associados, SROC, S.A, dizendo estar, em nome do Partido Socialista, convicto da independência e imparcialidade das suas conclusões. Felicitou e aplaudiu a atitude de seriedade e transparência do executivo da Junta de Freguesia de Pedroso e Seixezelo, na pessoa do seu Presidente, Dr. Filipe Lopes, que ao promover esta auditoria, cumpriu uma promessa eleitoral de falar verdade aos Pedrosenses e Seixezelenses, relativamente à situação financeira da autarquia que superiormente lidera. Afirmou que da análise do relatório sobressaem conclusões das quais os Seixezelenses e, sobretudo, os Pedrosenses, devem mesmo

sentir-se ofendidos na sua dignidade. Apesar da situação da ex-junta de Seixezelo não estar totalmente isenta de irregularidades, a situação desta não tem paralelo com a situação caótica encontrada na extinta Junta de Freguesia de Pedroso. Destacou que o relatório comprovou várias situações, já anteriormente mencionadas pelo Sr. Presidente da Junta tais como: a dívida total de mais de um milhão de euros, aos quais faltam somar os possíveis juros de mora, relativos aos processos que decorrem em tribunal; a inexistência de protocolos que até aqui se afirmava existirem; a existência de um procedimento judicial contra a Junta de Freguesia por parte da Civopal reclamando verbas em dívida num montante muito relevante; a total ausência de cumprimento da Lei dos Compromissos; a ausência de organização dos serviços na obtenção de documentos relativos à gestão da Junta de Freguesia; a ilegalidade de utilização de verbas de capital no provimento de despesas correntes; a verba claramente exagerada gasta em deslocações oficiais, comunicações e refeições, ascendendo a um valor de 30 949€; o aumento na atribuição de subsídios em ano de eleições.-----

O deputado reforçou que, por oposição ao passado, o novo executivo já demonstrou, no seu ainda curto percurso na gestão da freguesia de Pedroso e Seixezelo, que é capaz de poupar de forma substancial, com uma gestão rigorosa e exigente, sem deixar de cumprir compromissos, desmistificando a ideia daqueles que diziam que esta é uma Junta de Freguesia ingovernável. Acrescentou que este executivo já deu provas de que o vai conseguir, e fê-lo repondo justiça nas suas obrigações, tais como: regularizando os apoios ao Agrupamento de Escolas de Carvalhos; otimizando a gestão dos serviços da Junta, controlando e regulando todo o seu funcionamento, promovendo uma gestão racional e transparente dos recursos otimizando assim a sua eficiência financeira; renegociando contratos despropositados como é o caso da Vodafone que, num período de nove meses determinou um gasto de mais de 9.000 euros; atribuindo apoios financeiros a coletividades, designadamente 500€ à Associação Musical de Pedroso e 400€ ao Clube Hóquei dos Carvalhos.-----

O Sr. Presidente da Junta, mais uma vez interveio, respondendo às intervenções dos deputados. Em resposta ao deputado da CDU, referiu que: consultar a mesma empresa não é mau hábito de gestão, mau hábito é não consultar várias empresas; a Sra. que esteve de baixa, responsável pela contabilidade, deslocou-se à Junta e mostrou documentos, no entanto, haveria uma maior abrangência se ela estivesse presente nas duas semanas em que decorreu a auditoria; quanto à credibilidade da empresa, colocada em causa, esta é determinada pelas pessoas, não interessando se é pública ou privada; e quanto às instâncias legais, não é o executivo a decidir mas a Assembleia a pronunciar-se. -----

Respondendo ao deputado António Tavares, o Sr. Presidente reforçou que aquele, enquanto ex-presidente mostrou péssimos atos de gestão, tais como a questão dos 5000 quilómetros por mês, todos os meses, afirmando que a justificação de mês para mês é quase sempre a mesma e que quando se consulta os registos de quilómetros estão constantemente rasurados e corrigidos. Acrescentou ainda que as despesas eram pagas sem justificação da mesma, faltando boletins de itinerários. O Sr. presidente afirmou que todos os anos vai mostrar comparativos das despesas deste executivo com o anterior.-----

Assinalou que outro péssimo ato de gestão, é o que se refere a despesas em alimentação a coletividades que representa 22% do total dessa rubrica, uma vez que o anterior executivo gastava mais em quilómetros que em coletividades. Explicou ainda que este executivo deve mais de 7000€ a coletividades, dos 1 milhão de euros da dívida herdada; tendo em anos de eleições, o ex-executivo, aumentado substancialmente as suas despesas, nomeadamente em publicidade, passeio da terceira idade e com as coletividades. Assim sendo, acrescentou, este executivo não vai gerir o bem público só para o ano das eleições e cumprirá o programa. No entanto, alertou para o facto de haver um corte de cerca de 40% dos duodécimos. Reforçou ainda que, outro ato



de má gestão, foi o contrato com a Vodafone, ruinoso para a Junta; no seu entender, a questão da lei dos compromissos, é o ponto mais grave do relatório.-----

Em seguida o Sr. Presidente da junta mostrou um power point com valores, nomeadamente referente a janeiro de 2013, onde contam despesas em alimentação no valor de 7 700€, nomeadamente com o restaurante "5 amigos", efetuadas maioritariamente aos sábados, fins-de-semana e feriados, verificando-se a realização de almoços no mesmo dia em restaurantes diferentes. Apesar de referir não ser ilegal, reforçou que é um péssimo ano de gestão. -----

Em resposta, o Sr. deputado António Tavares explicou que a faturação nestas datas, foi por concordância entre o ex-executivo e o proprietário do restaurante, uma vez que este pediu para que no final de cada semana se fizesse a respetiva faturação dos almoços de trabalhos efetuados ao longo da semana, nomeadamente com funcionários da Câmara de Gaia e Águas de Gaia, no sentido de rentabilizar o trabalho. Acrescentou ainda que assume as responsabilidades dos seus atos de gestão. -----

Ainda no referido power point, o Sr. Presidente mostrou o mapa dos quilómetros efetuados e deslocações, nomeadamente a Lisboa, Município de Gaia, Gaianima, Lever e Aguda, referindo ainda que desde que assumiu funções como Presidente, ainda não teve necessidade de fazer estas deslocações. Acrescentou ainda que quanto ao custo da auditoria, referiu que será inferior ao dos quilómetros efetuados pelo anterior executivo.-----

Concluindo, e antes de terminar a sua intervenção, afirmou que uma questão que carece de total legalidade e era prática comum pelo ex-executivo, era a falta de apresentação mensal dos mapas relativamente à DGAL, onde deveriam mencionar os fundos disponíveis e as dívidas, e que nunca tendo cumprido essa obrigação é uma ilegalidade clara. Declarou que o executivo irá proceder de acordo com a deliberação da Assembleia, sendo que a questão mais preocupante é a nulidade dos contratos. Informou ainda que o atual executivo já pagou 50.000€ de faturas do 1 milhão de dívidas e está a cumprir o pagamento aos fornecedores a 30 dias.-----

Seguidamente, o Sr. deputado Jorge Margarido, em nome do P.S., propôs o prolongamento da assembleia por mais 60 minutos, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade. -----

**Ponto 2.1.1. - Tomada de posição da Assembleia de Freguesia referente ao referido relatório.**-----

O Sr. Presidente da Assembleia questionou a Assembleia se algum deputado queria tomar posição ou apresentar algo sobre o referido relatório. -----

Tomando a palavra foi presente pelo deputado Marcos Santos, do Partido Socialista, a proposta de recomendação (anexo 9) para que a Junta de Freguesia de Pedroso e Seixezelo: tome medidas ao cabal esclarecimento das diversas situações referidas no relatório; adote os procedimentos necessários à resolução das irregularidades eventualmente comprovadas; apresente o referido relatório à Inspeção Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas como entidades supervisoras e de controlo das boas práticas de gestão autárquica. -----

O Sr Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado António Tavares que refere que o relatório é limitativo e inconclusivo, uma vez que contém várias ambiguidades, contradições, não contém uma análise objetiva e segura e não proporciona garantias de fiabilidade. Criticou o facto de, o atual executivo, não ter consultado o ex-executivo e os funcionários da Junta, Assim sendo, no sentido de um esclarecimento público e defendendo a honra do anterior executivo, o deputado António Tavares afirmou que estão disponíveis junto dos órgãos de tutela para prestarem esclarecimentos e assumir as responsabilidades das opções de gestão.-----

O Sr. Presidente da Junta discordou do deputado António Tavares, uma vez que consultou todos os funcionários. -----

Posteriormente, o deputado Jorge Margarido fez uma interpelação à mesa, pedindo uma tomada de posição relativamente a este relatório, lembrando e sublinhando que o objetivo da presente Assembleia não é aprovar ou não o mesmo. -----

O Sr. Presidente da Assembleia refere, então, que esta Assembleia não vai, nem pode aprovar o relatório que foi presente, mas que terá de tomar posição sobre a proposta que o Partido Socialista apresentou. -----

O deputado António Tavares referiu que a tomada de posição da Coligação Gaia na Frente é com base no relatório, assim sendo, votam contra esta proposta, uma vez que apontaram situações que não concordam, nomeadamente porque não concorda com as afirmações da página 52 do relatório, uma vez que não há acordo do antigo executivo com a paróquia.-----

Não havendo mais inscritos o Sr. Presidente da Assembleia pôs, em seguida, a proposta à votação, tendo sido aprovada com 7 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDU e 5 votos contra da Coligação Gaia na Frente.-----

Ainda relativamente a este ponto, foi apresentada uma declaração de voto oral por parte da Coligação Gaia na Frente, pelo deputado António Tavares, que será posteriormente apresentada por escrito, de forma a ficar anexa à presente ata (anexo 10).-----

Em seguida foi lavrada e lida a minuta desta Assembleia que posta à votação foi aprovada por unanimidade. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia de Freguesia, pelas 00h e 20 minutos do dia 1 de fevereiro de 2014, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida, e aprovada vai ser assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Pedroso e Seixezelo em exercício. -----

Primeira Secretária - Vânia Raquel Macedo de Castro

Presidente da Assembleia de Freguesia - João Ant. J. Tavares

**Exmo. Senhor**

**Dr. Joaquim António Dias Tavares**

**Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Pedroso  
e Seixezelo**

**Sérgio Francisco dos Santos Baptista**, Deputado eleito e empossado desta Assembleia de Freguesia, vem por este meio solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne considerar justificada a falta à Sessão Extraordinária deste Órgão marcada para o dia **31 de janeiro de 2014**, na qual não poderei participar devido a compromisso autárquico há muito tempo assumido, e como já é do seu conhecimento, que é a minha participação no Congresso Nacional da ANAFRE, a realizar em Aveiro, nos dias 31 de janeiro, 1 e 2 de fevereiro.

Sem mais subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo, 31 de janeiro de 2014



**Sérgio Francisco dos Santos Baptista**

Ex. mo Senhor

Presidente da Assembleia de Freguesia  
Da União de Freguesias de Pedroso / Seixezelo

Data: 2014 / 01 / 30

Assunto: Pedido de Substituição

Ex.mo. Senhor

Visto que no próximo dia 31 de Janeiro não me será possível, por motivos pessoais, estar presente na Assembleia de Freguesia, venho pela presente solicitar a minha substituição.

Sem mais de momento, subscrevo-me e apresento os meus respeitosos cumprimentos.

Atentamente,

Maria da Liberdade Almeida Tavares  
Maria da Liberdade Almeida Tavares

Ex. mo Senhor

Presidente da Assembleia de Freguesia  
Da União de Freguesias de Pedroso / Seixezelo

Data: 2014 / 01 / 30

Assunto: Pedido de Substituição

Ex.mo. Senhor

Visto que no próximo dia 31 de Janeiro não me será possível, por motivos pessoais, estar presente na Assembleia de Freguesia, venho pela presente solicitar a minha substituição.

Sem mais de momento, subscrevo-me e apresento os meus respeitosos cumprimentos.

Atentamente,

Zélia Silva

Zélia Maria de Sousa Rocha Silva

**Exmo. Senhor**


**Dr. Joaquim António Dias Tavares**

**Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Pedroso  
e Seixezelo**

**Rui Gil de Oliveira Soares**, vem por este meio solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne considerar justificada a falta à Sessão Extraordinária deste Órgão marcada para o dia **31 de janeiro de 2014**, na qual não poderei participar devido a compromissos familiares há muito tempo assumidos e inadiáveis.

Sem mais subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo, 31 de janeiro de 2014



**Rui Gil de Oliveira Soares**

**Exmo. Senhor**


**Dr. Joaquim António Dias Tavares**

**Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Pedroso  
e Seixezelo**

**Maria Alice Coimbra de Sousa Lamas Alves**, vem por este meio solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne considerar justificada a falta à Sessão Extraordinária deste Órgão marcada para o dia **31 de janeiro de 2014**, na qual não poderei participar devido a compromissos pessoais há muito tempo assumidos e inadiáveis.

Sem mais subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo, 31 de janeiro de 2014

Maria Alice Coimbra de Sousa Lamas Alves 

**Maria Alice Coimbra de Sousa Lamas Alves**

Exmo. Senhor

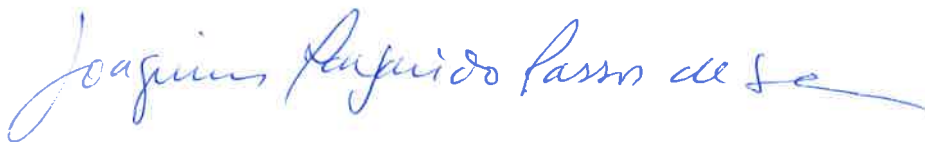
Presidente da Assembleia de Freguesia Da União de Freguesias de  
Pedroso e Seixezelo  
Dr. Joaquim António Dias Tavares

Assunto: SUBSTITUIÇÃO

Exmo. Senhor

Eu, Joaquim Margarido Passos de Sousa, por motivos de ordem  
profissional inadiáveis, não me é possível comparecer à sessão  
extraordinária da Assembleia de Freguesia, a realizar no dia 31 de Janeiro  
de 2014.

Cordiais saudações



Data

31/01/2014



**Exmo. Senhor,**  
**Presidente da Junta de Pedroso**  
**Exmo. Executivo**

Na sequência da reunião efectuada nas instalações da Junta de Freguesia, entre V.Exa., Executivo e o representante legal desta empresa, ficou acordado entre ambas as partes e em boa-fé o seguinte:

Em 12 de Junho de 2013, foi adjudicado a esta empresa a empreitada de Construção de Duas Secções na Ampliação do Cemitério Novo, pelo valor global de 120.853,03 €, mais IVA à taxa legal em vigor.

Foi-nos comunicado de urgência do início de obra, pois existiam graves problemas de falta de sepulturas individuais, para solucionar os enterramentos que se estavam a verificar.

Por proposta consensual e conjunta, ficou decidido que esta empresa iniciaria os trabalhos urgentemente e que a exemplo de contrato anteriormente celebrado e referente a outra empreitada, as obras da presente empreitada, seriam pagas a partir do início do ano de 2014, em diversas prestações, em regime de factoring.

Declaramos aceitar as presentes condições do acordo e solicitamos devolução do duplicado desta carta e contendo aceitação de Vossa parte.



Canelas, 22 de Setembro de 2013

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES  
**Acácio Baptista, Lda.**  
O Gerente

*Acácio de Almeida Baptista*

**SCAB – Sociedade de Construções Acácio Baptista, Lda.**



## RELATÓRIO KPMG

Reunimo-nos hoje, em sessão extraordinária desta Assembleia de Freguesia para analisar as conclusões e tomar posição sobre o Relatório de Conclusões dos Procedimentos Efectuados, elaborado pela KPMG & Associados – SROC, S.A. às extintas Junta de Freguesia de Pedroso e Junta de Freguesia de Seixezelo.

Antes de mais importa releva da idoneidade, independência e prestígio desta sociedade de revisores oficiais de contas, líder de mercado e empresa com provas dadas no âmbito das auditorias financeiras. Ficamos assim inequivocamente convictos da independência e imparcialidade das suas conclusões.

Depois importa felicitar e aplaudir a atitude de seriedade e transparência do Executivo da Junta de Freguesia de Pedroso e Seixezelo, na pessoa do seu presidente, Dr. Filipe Lopes, que ao promover esta auditoria, cumpre uma promessa eleitoral de falar verdade aos Pedrosenses e Seixezelenses relativamente à situação financeira da autarquia que superiormente lidera. Para além de uma atitude de transparência, trata-se também de uma atitude de pedagogia pois se todos seguissem o seu exemplo estariam um passo à frente no sentido do rigor financeiro na gestão da coisa pública. Finalmente trata-se de uma atitude também de aprendizagem. Um relatório desta natureza deixa sugestões que contribuem para uma otimização das práticas de gestão com que todos podemos e devemos aprender. Por tudo o que referi, e em nome do Partido Socialista gostaria de lhe dizer, Sr. Presidente: Parabéns pela sua atitude transparente, rigorosa e de respeito para com a dignidade dos Pedrosenses e Seixezelenses.

Da análise do relatório agora conhecido sobressaem conclusões das quais não podemos estar orgulhosos e com as quais devemos estar mesmo muito preocupados. Diria mesmo que os Seixezelenses e, sobretudo, os Pedrosenses, devem mesmo sentir-se ofendidos na sua dignidade. E distingo entre Seixezelenses e Pedrosenses porque, apesar de não estar totalmente isenta de irregularidades, a situação da extinta Junta de Freguesia de Seixezelo não tem paralelo com a situação caótica encontrada na extinta Junta de Freguesia de Pedroso.

Senão veja-se:

Comprovamos uma dívida total de mais de um milhão de euros, aos quais faltam somar os possíveis juros de mora, relativos aos processos que decorrem em tribunal.

Comprovamos irrefutavelmente a inexistência de tão propalados protocolos que até aqui se afirmava existirem e que sustentariam muita da dívida identificada. O único protocolo efectuado no valor de cerca de 157.000 euros foi decretado nulo recentemente pela CM Gaia.

Comprovamos a existência de um procedimento judicial contra a Junta de Freguesia por parte da Civopal reclamando verbas em dívida num montante muito relevante.

Comprovamos a total ausência de cumprimento da Lei dos Compromissos o que significa ausência de procedimentos legais relativos a aquisição de bens e serviços, tornando obscura a relação entre Junta e fornecedores.

Comprovamos e lamentamos a ausência de organização dos serviços na obtenção de documentos relativos à gestão da Junta de Freguesia o que se revela, por exemplo, na discrepância acentuada no que diz a Junta e no que dizem os credores no que respeita à dívida da Junta para com estes, e sempre em prejuízo da Junta. Exemplo disso é a existência de faturas de fornecedores não registadas nos serviços da Junta.

Comprovamos a ilegalidade de utilização de verbas de capital no provimento de despesas correntes. Como sabemos, nos termos da lei, as verbas de capital devem ser utilizadas apenas em investimentos para os quais são concedidas e nunca em despesas correntes.

Comprovamos e estranhamos a verba claramente exagerada gasta em deslocações oficiais, comunicações e refeições, ascendendo a um valor de 30.949 euros em 9 meses, sendo que deste valor, 17.573 euros se destinaram apenas a deslocações oficiais o que significa um gasto mensal de cerca de 2.000 euros só nesta rubrica. Uma média superior a 5.400 kms mensais é, em nosso entender, um total e completo disparate e sem a mínima semelhança com qualquer outra freguesia do Concelho. É também de admirar que em tempos de tremendas dificuldades e de aperto de cinto que o anterior executivo tenha gasto até Setembro de 2013 uma média mensal superior a 1300 euros em despesas em restaurantes (excluindo o passeio convívio da 3ª idade).

Comprovamos ainda aquilo que sempre afirmamos relativamente à política eleitoralista do anterior Executivo na atribuição de subsídios, uma vez que estes aumentavam e generalizavam-se substancialmente em ano de eleições.

E comprovamos muitas outras situações inquietantes que ressaltam da leitura deste relatório e que não adianta escarpelizar de forma exaustiva uma vez que salta à vista de todos a maior das evidências. E essa é a que nos diz que o Executivo que cessou funções era totalmente incapaz do ponto de vista da gestão e que prejudicou de forma grave o desenvolvimento da extinta Freguesia de Pedroso. Quanto a Seixezelo, como disse no início, apesar de haver algumas irregularidades assinaláveis, estas não assumem uma dimensão nem uma regularidade especialmente relevante.

Acresce a tudo isto o facto de que, e por oposição ao passado, o novo Executivo já demonstrou, no seu ainda curto percurso na gestão da Freguesia de Pedroso e Seixezelo, que é capaz de poupar de forma substancial, com uma gestão rigorosa e exigente, sem deixar de cumprir compromissos, desmistificando a ideia daqueles que diziam que esta é uma Junta de Freguesia ingovernável. De facto, o que nos indigna e entristece, é que efetivamente estamos perante uma Junta de Freguesia que, se não fossem os erros reiteradamente cometidos no passado, seria uma Junta perfeitamente governável, em prol do povo, trazendo à Freguesia mais e melhor qualidade de vida tal como merece este que é um povo de trabalho e lutador.

Mas, paulatinamente, havemos de lá chegar.

Este Executivo já deu provas de que o vai conseguir. E fê-lo repondo justiça nas suas obrigações, por exemplo regularizando os apoios ao Agrupamento de Escolas de Carvalhos.



Fê-lo otimizando a gestão dos serviços da Junta, controlando e regulando todo o seu funcionamento, promovendo uma gestão racional e transparente dos recursos otimizando assim a sua eficiência financeira.

Fê-lo renegociando contratos faraónicos absolutamente despropositados como é o caso do que existia com a Vodafone que, num período de nove meses determinou um gasto de mais de 9.000 euros.

Apesar das dificuldades fê-lo atribuindo apoios financeiros a coletividades, designadamente 500 euros à Associação Musical de Pedroso e 400 euros ao Clube Hóquei dos Carvalhos.

E fê-lo em pequenos mas significativos atos de gestão racional de recursos que, de resto, vão sendo elogiados pelos Pedrosenses e Seixezelenses.

Da nossa parte Sr. Presidente da Junta, terá todo o apoio e colaboração no sentido da salvaguarda dos superiores interesses dos nossos fregueses e da clarificação cabal da situação financeira da Junta.

Pode contar com o nosso apoio porque, pela sua prática, demonstra que o merece, porque as suas preocupações são as preocupações do povo. E nesse sentido é fácil perceber que o povo está consigo. Porque a seriedade, a transparência e o rigor são valores que fazem parte de si.

Disse.

Pedroso, 31 de janeiro de 2014

  
(Jorge Margarido - PS)



### PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Após análise do relatório sobre verificação de procedimentos realizada às anteriores Juntas de Freguesia de Pedroso e de Freguesia de Seixezelo elaborado pela empresa KPMG, diversas dúvidas, de carácter procedimental e até mesmo legal, surgem ao grupo parlamentar do Partido Socialista, pelo que, no seu entendimento, se impõe uma tomada de posição por parte desta Assembleia, no sentido de as clarificar.

Deste modo, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo reunida em sessão extraordinária a 31 de Janeiro de 2014, delibera:

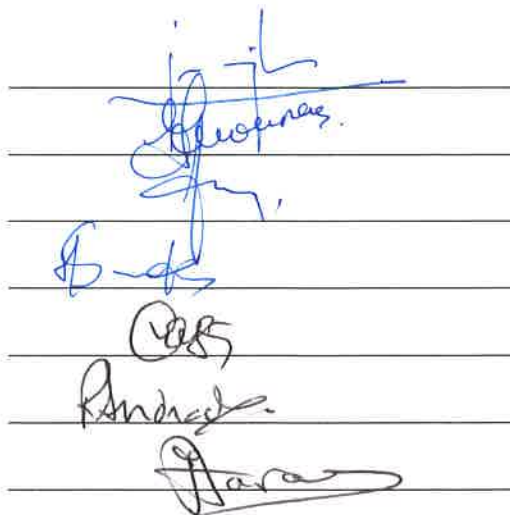
1 - Recomendar à Junta de Freguesia que tome as medidas necessárias ao cabal esclarecimento das diversas situações referidas no relatório apresentado.

2 - Recomendar à Junta de Freguesia a adoção dos procedimentos necessários à resolução das irregularidades eventualmente comprovadas salvaguardando sempre e de forma intransigente o superior interesse da Junta de Freguesia de Pedroso e Seixezelo e respetivos fregueses.

3 - Recomendar à Junta de Freguesia a apresentação do referido relatório à Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas como entidades supervisoras e de controlo das boas práticas de gestão autárquica.

Pedroso, 31 de janeiro de 2014

Grupo Parlamentar do Partido Socialista



Se aprovado enviar para:  
Município de Vila Nova de Gaia  
Imprensa Local e Regional